

O VALOR DA APREENSÃO DA PAISAGEM DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA/BA CENTRADA NO SUJEITO E NO ESPAÇO

Delza Rodrigues de Carvalho¹
Maria Geralda de Almeida²

RESUMO

O presente artigo estima o valor econômico atribuído pelos Agentes/Atores Sociais aos Municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Ibicoara, com uso do Método de Avaliação Contingente, a partir da valoração da paisagem centrada no sujeito e no espaço. A atividade turística da região está centrada na singularidade do local, cuja variada de recursos naturais expressam o mais belo cenário paisagístico montanhoso da Bahia, formado por um conjunto de vales e serras, riqueza arquitetônica das cidades históricas, vegetação exótica, quedas d'água contando com a presença constante de cascatas e outros atrativos naturais. Os entrevistados foram questionados sobre as suas disposições a pagar, através do DAP, constituído de perguntas estruturadas, no formato dicotômico para responder, (Sim / Não). Constatou-se na pesquisa empírica a dificuldade em induzir os indivíduos a revelarem sua verdadeira disposição de pagar pelo patrimônio ambiental, em razão da responsabilidade individual do entrevistado, frente à questão e a possibilidade de aproveitamento coletivo advindo da conservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Diacrônica e Sincrônica; Valoração econômica; Método de Contingência.

¹ Prof.^a Ms. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/DCSA. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS/BRASIL. e-mail: *delrocar@hotmail.com*

² Atual Presidente da ANPEGE e Prof.^a Dra. da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS/BRASIL

1. Introdução

O artigo discute a importância do Método de avaliação ambiental, denominado “Método de Contingência”, a partir da valoração da paisagem centrada no sujeito (percepção geográfica), associada à análise retrospectiva (diacrônica) para entender as relações socioeconômicas vigentes (sincrônica), que engendram o espaço turístico da Chapada Diamantina/Bahia.

A idéia básica do MVC é que as pessoas têm diferentes graus de preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços e isso se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Este método de valoração permite que se estime o valor econômico de bens e serviços, inclusive, constitui-se no único método disponível capaz de captar valor de não-uso.

A área de estudo abrange os municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Os estudos que envolvem a valoração da paisagem se tornam cada vez mais importantes, pois podem apresentar soluções práticas aos problemas de ocupação de territórios, planejamento ambiental e valoração de paisagem para conservação e proteção de áreas naturais.

Tem sido utilizado para obter a estimativa de benefícios econômicos e a viabilidade de projetos desenvolvidos por agentes financeiros internacionais, a exemplo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. A partir da valoração da paisagem podem-se obter informações que demonstram ou não a necessidade de conservar determinadas áreas do município e, ao mesmo tempo, um planejamento para ocupação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural.

Face às questões que se apresentam com relação à temática fez-se o seguinte questionamento: Em que medida a leitura da paisagem centrada no sujeito ou no espaço constitui-se em linhas teórico – metodológicas diversas, porém apropriadas para entender a organização e valorização do espaço geográfico do Parque Nacional da Chapada Diamantina?

Para auxiliar o desenvolvimento da investigação, acima mencionada, foi formulada a hipótese de que a técnica de Método de Valoração Contingente (MVC) constitui-se, num

método de avaliação monetária, capaz de valorar o uso direto e indireto de locais, abertos à visitação pública, dos parques nacionais brasileiros ou locais turísticos.

O presente estudo, além da introdução, está estruturado em quatro outras seções. Na Seção 2 aborda os aspectos metodológicos da pesquisa para mensuração do valor ambiental em atendimento a problemática e aos objetivos propostos na pesquisa.

Na seção 3, discute-se sobre o método de valoração da paisagem centrada no sujeito e no espaço geográfico, para estimação da disposição a pagar pela conservação/preservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Por fim, nas considerações finais retoma-se a assertiva definida na hipótese, buscando a sua validação respaldada nos resultados obtidos do trabalho empírico, e referencial teórico metodológico utilizado sobre a área de estudo.

2. Aspectos metodológicos da pesquisa

Nessa pesquisa, o tamanho da amostra foi estimado em 400 usuários do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Baseou-se na metodologia proposta por Barbetta, 2006, considerando 95% de confiabilidade e 5% de erro amostral (Eo) nas estimativas estatísticas.

A aplicação da técnica intitulada MVC deveu-se ao fato de sua metodologia basear-se na criação de um mercado hipotético de produtos e serviços ambientais, para captar a disposição de pagar dos indivíduos.

O questionário foi composto de cinco segmentos: as características socioeconômicas dos usuários; a análise de risco ambiental – conflitos de uso; o comportamento do usuário em relação ao ativo natural; o ponto de vista do usuário em relação ao parque e, por último, a disposição a pagar do usuário- DAP.

Em relação ao DAP, foi constituído de perguntas estruturadas, no formato dicotômico (Referendum) e envolveu uma escolha do entrevistado para responder, (Sim / Não). Essa foi a forma de obtenção do valor previamente definido, inclusive, sendo o valor proposto veiculando ao pagamento na conta telefônica.

A pesquisa de campo ocorreu durante os meses de Outubro e Novembro/2008 (época de aulas e normalmente com chuvas), férias escolares e verão até Fevereiro de 2009. Foram aplicados questionários, acompanhados da apresentação de um caderno de fotografias do

Parque, que demonstraram seu estado atual de conservação e o que deverá ser feito para a recuperação do patrimônio ambiental.

3. Resultados e discussão

3.1. Uma Leitura da Paisagem Centrada no Sujeito: Método de Valoração Contingente (MVC)

Convém frisar, que a forma mais usual de entender o espaço geográfico se dá pela expressão fisionômica da paisagem. Percebe-se que as definições dessa categoria conceitual, partem da premissa, de quem a contempla e a analisa, como se a paisagem não existisse sem que alguém a observasse. Assim, desde que o observador é um sujeito, o conceito de paisagem é impregnado de conotações culturais e ideológicas.

De acordo com Santos (1988, p.61)

tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

Cabe destacar, que as representações da paisagem variam de indivíduo para indivíduo, pois a sua interação com o mundo é afetada por diversos fatores. Primeiramente, por estar sujeita às particularidades das combinações de elementos físicos, biológicos e sociais do espaço, também, por ser dependente das características fisiológicas individuais.

As condições físicas dos órgãos sensoriais do sujeito, também, estão fortemente relacionadas às disposições da personalidade, sendo profundamente alteradas, de acordo com a motivação, cansaço, lembranças, expectativas e valores individuais.

De maneira sintética, a paisagem é formada por objetos materiais e não-materiais. As variáveis que intervêm em sua formação são ativas, evoluem e modificam-se no tempo, constituindo um conjunto dinâmico.

Assim posto, em particular, o olhar do turista é direcionado para os aspectos da paisagem que os separa da experiência de todos os dias, tendo em vista que, ao viajar, o

mesmo busca a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, realização pessoal, além da concretização de expectativas, fantasias e aventura.

Nessa perspectiva, quanto mais exótica a paisagem, mais atrativa será para o turista. Esse direcionamento implica numa sensibilidade própria de cada um dos sujeitos, voltada para determinados elementos visuais, característicos, do que, para ele, é típico de um determinado lugar.

Contudo, a representação da paisagem característica do lugar visitado, encontra-se circunscrita, não apenas à expectativa do turista, mas também a um processo de produção que nada tem de autônomo ou inteiramente subjetivo, pois o seu olhar pode ser monitorado pelos interesses do empresário capitalista.

3.1.1. Perfil modal do freqüentador.

Observou-se no trabalho empírico, uma pequena maioria de freqüentadores do sexo masculino, 52%, contra 48% de visitantes do sexo feminino. No que se refere à faixa etária, o turismo na Chapada Diamantina tem a preferência do público jovem, dado que 54% do total perguntado situaram-se em 18 a 45 anos.

Portanto, exceto quanto ao gênero e região onde mora, há uma uniformidade no perfil do visitante, sobretudo no que se refere à renda familiar e ao nível educacional. Destaca-se que 88,1% dos entrevistados, com mais de 25 anos, tinham nível superior completo, ou estavam na faculdade.

A renda pessoal e familiar dos freqüentadores do PNCD resultou em valores médios de R\$ 1.809,00 e de R\$ 3.593,70. Pelo modelo de questionário aplicado, concentrou-se nas famílias com renda igual ou superior a R\$3.000,00 (ponto médio do intervalo R\$ 1.500 a R\$ 4.500,00) que envolve a grande maioria dos freqüentadores do Parque.

Com base na amostragem do universo dos 400 entrevistados, observou-se que o motivo da viagem continua sendo lazer, onde o principal meio de acesso a região é feito basicamente de ônibus e carro, restringindo-se o uso do transporte aéreo a um limitado número de turistas. O freqüentador-padrão do parque é tipicamente o jovem da classe média, universitário ou formado, com idade superior a 15 anos e inferior a 50 anos, **TABELA 1.**

TABELA 1- Porcentagem das Populações que visita o parque (%PQV)

O valor da apreensão da paisagem do Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA centrada no sujeito e no espaço

Delza Rodrigues de Carvalho, Maria Geralda de Almeida

Local ³	% Pop. de 15 a 49 anos	Total de visitas	% Visitas ao parque	C. Total de Viagem
Região 1	180.000	9.700	5,39%	221,00
Região 2	1.826.100	3.630	0,20%	580,00

Fonte: valores obtidos a partir dos dados da pesquisa de campo

No conjunto do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, 97% dos entrevistados responderam que o parque é o principal motivo da viagem representado pelos seus atrativos naturais (trilhas, cachoeiras, vegetação, grutas e rios), foram o fator decisivo para visitar a Região da Chapada Diamantina. Dentre as atividades que os turistas mais gostam de exercer ao ar livre, destacou-se em 97% a caminhada, em seguida o montanhismo.

3.1.2. DAP estimada para o Parque Nacional da Chapada Diamantina

Muitas vezes, a média não é suficiente para avaliar o conjunto de dados de um grupo visitantes que visitam a Chapada Diamantina. No caso específico, quando se fala na Disposição de Pagar- DAP, esse dado estatístico, isolado, não significa muito, devido à respectiva heterogeneidade na quantidade de visitantes em relação ao valor para conservação/preservação da paisagem natural e construída.

Dessa forma, foi importante, conhecer outra medida. A dispersão que representa a diferença que existe entre a média e os valores do conjunto. Os dados foram extraídos do trabalho de campo, onde se calculou o desvio padrão, que é a diferença de cada DAP em relação à média, TABELA 2.

Em seguida, calculou-se o coeficiente de variação do desvio-padrão em relação à média. De acordo com a fórmula, um coeficiente de variação de >10% significa "dispersão forte". Aplicada aos dados empíricos, encontrou-

TABELA 2- Disposição a Pagar- DAP				
Visitantes	DAP	Média Ponderada	Desvio	Desvio dos Quadrados
80	5	400	-18,86	355,51
55	10	550	-13,86	191,96
58	15	870	-8,86	78,41
25	20	500	-3,86	14,86
10	25	250	1,14	1,31
39	30	1170	6,14	37,76
11	35	385	11,14	124,21
7	40	280	16,14	260,66
8	45	360	21,14	447,11
12	50	600	26,14	683,56
13	55	715	31,14	970,01
4	60	240	36,14	1.306,46
6	65	390	41,14	1.692,91
1	70	70	46,14	2.129,35
3	75	225	51,14	2.615,80
1	80	80	56,14	3.152,25
2	85	170	61,14	3.738,70
3	90	270	66,14	4.375,15
3	95	285	71,14	5.061,60
3	100	300	76,14	5.798,05
1	120	120	96,14	9.243,85
Média	23,86 eliminados os efeitos da valoração dos 55 entrevistados que indicaram um real valor "zero"			
Variação		1.921,79	coeficiente de Variação	183,47%
Desvio Padrão		43,83		

Fonte: valores obtidos a partir dos dados da pesquisa de campo.
Elaborada pela Pesquisadora

³ A primeira era circunscrita a um raio de 500 quilômetros, envolvendo redondezas e das cidades provenientes do Estado da Bahia e seus entornos. A segunda região envolveria os frequentadores de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e estrangeiros.

se um coeficiente de variação de 183,47% >10%. Esse resultado extrapola de forma significativa o padrão considerado de forte dispersão, em decorrência de valores objetivos, subjetivos, individuais e coletivos na apreensão da paisagem da Chapada Diamantina.

No presente trabalho, a partir da utilização da média, **TABELA 2**, obteve-se um DAP total anual. A estimativa do benefício total líquido a ser pago pelos frequentadores do PNCD foi obtido da seguinte forma:

$$\text{DAP}_{\text{total 1}} = (13.330_{\text{Total de visitas da Região I e II}} - 400_{\text{entrevistas}}) / 400_{\text{entrevistas}} \times 8.232_{\text{MÉDIA das DAPS da amostra}} \times 12 = \text{R\$ } 3.193.193$$

Dessa maneira, a DAP estimada para o PNCD foi de R\$ 3.193.193. Esse valor pode ser considerado como uma estimativa mínima da DAP, pois no cálculo foram considerados os 55 entrevistados que indicaram um real valor “zero”.

Em seguida, utilizando-se a mesma fórmula, obteve-se uma estimativa máxima do DAP, pois foram eliminados os efeitos da valoração dos 55 entrevistados que indicaram um real valor “zero”, na forma a seguir:

$$\text{DAP}_{\text{total 2}} = (13.330_{\text{Total de visitas da Região I e II}} - 345_{\text{entrevistas}}) / 345_{\text{entrevistas}} \times 8.232^4 \times 12 = \text{R\$ } 3.717.865$$

Assim, pode-se afirmar que a DAP_{anual} do PNCD que os visitantes estão a pagar encontra-se no intervalo de R\$ 3.193.193 e R\$ 3.717.865

Para obtermos o valor total do Parque Nacional da Chapada Diamantina, acrescentou-se:

Valor do DAP anual excluindo os entrevistados que indicaram o valor “zero” = R\$ 3.717.865; Os custos totais Indenizatórios do Parque Nacional da Chapada Diamantina estimado no valor de R\$ 6.412.895,58 (data base: 1998); Custos anuais da Corporação do Corpo de Bombeiros estimado no valor de R\$ 28.800 (data base: 2007); Custos médios, nas operações de helicópteros para combate de incêndios florestais estimado no valor de R\$ 142.800 (data base: 2008); Verbas a serem destinadas para prevenção e combate aos incêndios florestais no Estado da Bahia de R\$ 1.320.000,00.

Dentre os recursos totais previstos, serão destinados para a sede de Lençóis 11,11% para a compra de veículos, 10,26% das verbas previstas para a compra de equipamentos de proteção individual e 11,76% serão orçados para outros custos, tais como: dotação de verba para alimentação cota de combustível e manutenção de veículos previstos na sede.

⁴ 23,86 x 345= MÉDIA das DAPS da amostra

Assim, os custos totais são de R\$ 7.904.496 acrescidos ao valor do excedente consumidor⁵, na ordem de R\$ 3.717.865 resulta no valor total do Parque Nacional da Chapada Diamantina em R\$ 11.622.361.

3.2. Análise Diacrônica e Sincrônica da Paisagem Centrada no Espaço

Das categorias geográficas, o conceito de espaço desperta um significativo interesse dos profissionais acadêmicos. Nesse sentido, destacam-se os elementos do espaço, segundo Milton Santos para apreender do espaço turístico do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Sabe-se que a dimensão da produção espacial resulta da ação dos homens agindo e reagindo sobre o próprio espaço intermediado pelos ativos (bens) naturais e artificiais. Para Santos (1997a, p.49) “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele”.

O entendimento das perspectivas conceituais de “espaço” remete-se obra de Santos (1997a, p.6 -7) que expõe de forma clara, os elementos constitutivos do espaço - os homens, às firmas, as instituições, as infra-estruturas e o meio ecológico.

Os homens, enquanto seres individuais e sociais correspondem à demanda turística do Parque Nacional da Chapada Diamantina, a população residente da área de estudo e também, todos os responsáveis pelo funcionamento de outros elementos, tais como os representantes das firmas no segmento turístico (comerciantes locais, serviços de hospedagem, alimentação, às agências e operadoras de viagens), das instituições (IBAMA, Corpo de Bombeiros).

Segundo Santos (1997a), as Instituições correspondem às normas, ordens e legitimações. Nesse contexto, destaca-se o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS da Chapada Diamantina que é referenciado nas diretrizes e prioridades do Governo do Estado da Bahia.

Por fim, o meio ecológico, enquanto elemento do espaço. Para Santos (1997a: 6) compreende “o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho

⁵ Marshall define como a quantia excedente e acima do preço real pago pelo consumidor que prefere obter um quantum de um bem do que não obtê-lo.

humano”. Nessa perspectiva, não só receptáculo das ações humanas, mas é também, delas resultante, durante o processo histórico.

Cabe observar, que esses elementos contêm-se e são contidos, simultaneamente, produzindo-os de forma intrinsecamente relacionada numa totalidade espacial.

Ainda, numa perspectiva de totalidade espacial, Santos (1997a, p.49) propõe quatro categorias de análise - forma, função, estrutura e processo, elementos fundamentais para compreensão da produção de espaço. O autor destaca:

forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Consideradas em conjunto, porém, e relacionados entre si, elas constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (1997a, p. 52).

Assim posto, as categorias de análise utilizadas procuram enfocar o espaço nas suas perspectivas sincrônicas, enquanto paisagem, e diacrônica como resultante de um processo. Pelo que foi destacado, o processo, enquanto, categoria de análise para compreensão da produção do espaço, dá conta das ações e interações de todos os outros elementos, contemplando as categorias-forma, função e estrutura - num movimento diacrônico.

Nesse cenário, um importante elemento é inserido no conjunto, o tempo social diferente do tempo linear. Como propõe Santos, para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, porém, se dão de modo simultâneo.

Ainda, nessa perspectiva de análise, é reconhecido que o presente acumula formas espaciais do passado, o que justifica, nesse artigo, fazer um levantamento retrospectivo da Chapada Diamantina/Brasil (análise diacrônica) para entender as relações socioeconômicas vigentes (sincrônica), da delimitação espacial de estudo.

Como é sabido, o Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial européia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca para além-mar do ouro, da prata ou de produtos de alto valor comercial nos mercados europeus que pudessem ser transacionados, portanto com muito lucro.

A formação econômica da Chapada Diamantina guarda fortes laços com a atividade mineral. Todavia o início de seu povoamento se deu com a exploração pecuária, mediante a expansão das fazendas de gado do Morgado de Guedes de Brito e da Casa da Ponte.

O ciclo do ouro teve início no século XVIII, a partir das descobertas auríferas nos rios Itapicuru, de Contas e Paramirim. De 1745 a 1845, a vila de Rio de Contas foi o grande entreposto comercial da região, perdendo essa função para Lençóis devido à descoberta dos diamantes.

O declínio da produção aurífera e decadência do império açucareiro (engenho) dão lugar ao ciclo do diamante, o qual foi responsável pelo surgimento de uma nova leva de assentamentos humanos na região e pela extensão da lavra de diamantes de Mucugê para o sul, atingindo o Vale do Rio de Contas.

Nesse contexto, Moraes salienta que:

As formas espaciais criadas pelos homens expressam muito das relações sociais vigentes na época em que foram produzidas. A este relacionamento contínuo e progressivo entre as sociedades e a superfície terrestre denomina-se processo de valorização do espaço. A noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempo. Pois, a cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições vigentes do correspondente sistema temporal. (MORAES, 1997, p. 35)

Temos assim, implícitos no conceito definido por Moraes, que a noção de tempo é fundamental, não só para entender os objetos que se transmutam durante o processo histórico, mas também as ações que de forma distinta, evoluem com o tempo, produzindo novas relações que se expressam em novas formas. O tempo assume novas conotações com o desenvolvimento das técnicas.

Destacam-se, portanto, as definições que melhor sintetizam a idéia de identidade regional e temporal, segundo Santos.

(...) em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizados em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de “escravidão das circunstâncias anteriores”. (SANTOS, 1997a, p.113).

Daí a necessidade de uma retrospectiva histórica que permita entender certas características e determinações que compõem a particularidade da formação brasileira que

teve por berço uma formação colonial, e isso significa que a motivação da conquista de espaços está na gênese do país. A apropriação de novos lugares, com suas populações, riquezas e recursos naturais, era o móvel básico da colonização. Isso imprime uma marca na sociedade gestada na colônia, uma determinada sociedade que se organiza para a exploração (extração de recursos naturais específicos), porém, nem sempre está diretamente interessada no espaço em si.

Dessa forma, admite-se que uma ótica dilapidadora comanda o processo de colonização, que se expressa simultaneamente num padrão extensivo e intensivo, quando analisada sob o ponto de vista da apropriação do espaço.

Nessa perspectiva, salienta-se o ciclo do ouro e diamante, onde o móvel geral do processo era a transferência de riquezas minerais para Portugal. No século XIX a política econômica da Coroa Portuguesa proibiu a comercialização do diamante, face ao baixo preço no mercado internacional, liberando nas primeiras décadas do século seguinte os trabalhos exploratórios, quando o preço reagiu no mercado.

Essa estratégia econômica foi responsável pela dinamização das antigas vilas, como Barra da Estiva e Rio de Contas, e para o norte, foram criadas novas povoações, como Xique-Xique (Igatú), Andaraí, Palmeiras e Lençóis, até atingir Morro do Chapéu, definindo-se os primeiros contornos da região, que passou a ser conhecida como Chapada Diamantina.

Para análise sincrônica, fundamentou-se nos estudos feitos por Carvalho (2006), e em Carvalho & Oliveira (2009), buscando dados necessários à leitura atual da paisagem, centrada nos elementos do espaço turístico do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Desse modo, constatou-se que a demanda turística do Parque Nacional da Chapada Diamantina tem como característica a regionalidade, haja vista que 56 % do total do fluxo turístico são provenientes do Estado da Bahia. A seguir, brasileiros de outros Estados contribuem com 26% do fluxo turístico total receptivo, sendo que em terceiro lugar vêm os estrangeiros com um percentual de 18 %.

Atualmente, na região da Chapada Diamantina, aleatoriamente, constatou que a atividade turística tem contribuído para a geração de emprego e melhoria de vida da população, apenas para os proprietários de carros utilitários, que realizam passeios dos turistas visitantes dessa região, guias turísticos, donos de hotéis, agências de viagens, limitando-se, portanto, a um pequeno grupo.

Torna-se evidente, que somente a oferta de emprego não justifica o desenvolvimento da atividade turística na região. Normalmente, o turismo de médio e alto luxo pouco dinamiza a economia e a população local.

É interessante destacar, o “Hotel Portal”, instalado na cidade de Lençóis. Tratando-se de um hotel de luxo, esse necessita de mão-de-obra especializada para os seus serviços, assim, tende-se a recrutar pessoal qualificado nos centros dinâmicos, com base na justificativa de que não é fácil encontrar pessoal na região que preencha os pré-requisitos necessários a prestação de serviços, que são oferecidos ao público alvo que se hospedam no hotel.

No tocante, a infra-estrutura dos municípios da área de estudo, enquanto elemento do espaço refere-se ao trabalho humano materializado ao longo do tempo. O saneamento básico dos municípios é precário, pois, em quase todos, se utiliza à fossa séptica. As localidades abrangidas por este estudo não possuem esgotamento sanitário, fator crítico, para a contaminação das águas superficiais. Lençóis possui uma pequena rede de esgotamento sanitário, restrita ao centro, que coleta o esgoto do sítio histórico e o despeja diretamente no rio Lençóis. Nos períodos de baixa vazão, o leito do rio transforma-se em um esgoto que corta a cidade.

Observa-se, também, que os rios e riachos da região transformam-se em lavanderias públicas e é comum o uso de produtos como saponáceos, detergentes e água sanitária. Nos municípios, o abastecimento de água fica sob a responsabilidade da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), porém, o tratamento dos reservatórios é insuficiente.

No que diz respeito à saúde, a situação na Chapada Diamantina é bastante deficitária. Na grande maioria, os postos de saúde necessitam de reforma nas instalações físicas, e também, são desprovidos de materiais e medicamentos, para que funcionem a contento.

A deficiência nos serviços médicos, por exemplo, ameaça o turismo. Uma das atividades de lazer é fazer trilha em busca das belezas naturais que a região oferece. Entretanto, os percursos são rudimentares, acidentados e sem sinalização, o que aumenta o risco de acidentes, inclusive de ataques de animais.

De acordo com os moradores entrevistados, exceto os do município de Mucugê, 67,8% afirmaram que a coleta de lixo nas cidades é realizada pelas prefeituras, porém de forma insatisfatória e precária.

Em Palmeiras, o Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP), composto de aproximadamente 12 componentes, realiza, voluntariamente, a coleta de lixo nas ruas da

cidade, no Vale do Capão e nas trilhas. Além disso, o GAP orienta os moradores para que não joguem lixo nas ruas nem lavem roupa no rio que abastece a cidade, o Rio Preto.

Apesar da discreta melhoria na limpeza da cidade de Lençóis, persiste a indefinição quanto ao melhor destino e tratamento do lixo. Além disso, observou-se que é preciso organizar um sistema de limpeza e conservação das trilhas ecoturísticas.

O destino que se dá aos resíduos domésticos contribui para a deterioração das condições sanitárias da área. Verificou-se que, tanto em Lençóis quanto nos demais municípios, as pessoas costumam dispor o lixo doméstico no quintal, muitas vezes próximo às habitações. Outros enterram o lixo e, posteriormente, utilizam o aterro para o plantio de árvores frutíferas.

Outro grave problema é o depósito dos detritos ao longo das estradas, ação que se repete nas vilas, povoados e também nas sedes municipais. Há um lixão, por exemplo, nas margens da BA-850, km 7, fato que contribui para a degradação ambiental da área que dá acesso a Lençóis.

Dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a cidade de Mucugê é pioneira na reciclagem do lixo para uso como adubo agrícola, já que possui uma usina de compostagem. Essa forma de tratamento dos resíduos sólidos faz parte do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).

No que diz respeito ao sistema de comunicação do Parque Nacional da Chapada Diamantina funciona precariamente e, de acordo com os dados da Telemar, a densidade telefônica⁶ é muito baixa (varia entre 0,78 a 1,09 terminal para cada 100 habitantes) em todos os subespaços da região. Contudo, a empresa afirma que serão implementados projetos de expansão da rede.

De uma maneira geral, embora, deficitária, existem instalações fixas telefônicas em todos os municípios que delimitam a região do Parque Nacional da Chapada. Cabe destacar, porém, que só existem torres para captação e recepção de telefone celular, em alguns municípios, a exemplo, Lençóis.

Nesse contexto, Milton Santos (1997b) chama a atenção para o importante fato de que os fluxos hegemônicos se instalam onde há uma maior densidade de objetos técnicos. Daí, porque São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte sediam a maior parte das redes de alta

⁶ A União Internacional de Telecomunicações considera razoável a média de 30 a 40 terminais para cada 100 habitantes

capacidade e longa distância, fazendo com que essa área seja bem servida dos serviços de telecomunicação, destacando-se sobremaneira do restante do País. Assim posto, conclui-se que nem todos os lugares, nem pessoas fazem parte do espaço de fluxos, pois existe uma relação diferenciada do homem com espaço geográfico.

Por fim, o acesso diferenciado aos avanços tecnológicos das telecomunicações aprofunda a desigualdade social no tratamento de dados, dessa região, comparada às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que sediam a maior parte das redes de alta capacidade e longa distância do território nacional.

Um dos graves problemas do sistema de transportes da região é a falta de manutenção da malha viária dos municípios. A principal via de transporte rodoviário – a BR-242 – está com deficiente estado de conservação, além dos constantes acidentes e assaltos à mão armada, ao longo dessa rodovia.

Os municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, por terem pequenas dimensões, não necessitam de transporte coletivo urbano, assim, a população conta apenas com as linhas de transporte rodoviário intermunicipal, que funcionam de forma insuficiente e dificultam o acesso à região. No Município de Palmeiras há um aeroporto de porte médio que pode receber aviões de grande porte.

O acesso ao Parque Nacional da Chapada Diamantina dá-se por meio da BR-242 e o cartão-postal, isto é, a principal atração turística da região é a cidade de Lençóis. Mas, quem vai a Lençóis e deseja conhecer os outros municípios adjacentes deve regressar à BR-242, pois não se tem acesso direto daquela localidade para as outras. Essa condição de “beco rodoviário” da cidade de Lençóis constitui um obstáculo ao fluxo de turistas para as outras cidades, cujo acesso é independente, a partir da BR-242.

Nas localidades mais povoadas dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a energia é basicamente fornecida pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA).

A infra-estrutura constitui-se em importante elemento do espaço turístico na Chapada Diamantina. Segundo Carvalho (2006) mais de 50% dos empreendimentos públicos destinados ao setor de transportes, encontra-se em fase de projetos. Percebe-se, também, a inexpressiva aplicação de recursos públicos, acerca dos empreendimentos necessários à recuperação urbanística de Lençóis, tendo em vista que apenas 14,47% foram concluídos, restando portando 85,53% dos projetos a serem implementados.

Os investimentos destinados implementação do Sistema de Esgotos e Saneamento, encontram-se, ainda, em fase de projetos, ratificando a atual situação de precariedade existente nos municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Assim, gera-se a contaminação do solo e das águas superficiais por deposição de lixo a céu aberto e acúmulo desses em locais inadequados, em decorrência da precária coleta seletiva do lixo e destinação final em local planejado.

4. Considerações finais

Do ponto de vista metodológico, os conceitos e métodos disponíveis que fundamentam a valoração econômica do meio ambiente demonstram ser úteis, mas ainda, sujeitos a limitações. Os inúmeros trabalhos de pesquisa que estão sendo realizados em nível mundial, inclusive no Brasil, trarão significativos avanços nos próximos anos.

De qualquer forma, a avaliação monetária do Parque Nacional da Chapada Diamantina, chama a atenção sobre a forma com a qual se conduz a política de parques, sem praticamente nenhum conhecimento do valor do mesmo e sem maiores compromissos com as reais demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, o MVC permitiu fundamentalmente, estabelecer relações entre a taxa de frequência a Chapada Diamantina e o conjunto de fatores sócio-econômicos (custo de deslocamento, níveis de renda, de instruções etc. dos visitantes). Assim, ele consegue determinar o valor monetário do uso local em questão, porém de forma parcial.

Dessa forma, merece atenção por parte da administração do IBAMA, o valor total do Parque para uso recreativo, atribuído por seus frequentadores. O benefício líquido obtido a partir da atividade recreativa é de cerca de R\$ 3.717.865, porém, representa 47,03% dos custos incorridos (pelos seus visitantes; custos totais indenizatórios do Parque Nacional da Chapada Diamantina; Custos anuais da Corporação do Corpo de Bombeiros; operações de helicópteros para combate de incêndios florestais e verbas a serem destinadas para prevenção e combate aos incêndios florestais no Estado da Bahia) estimados em R\$ 7.904.495,58.

Constatou-se na pesquisa empírica, quando se aplicou o método de valoração econômica, mediante abordagem centrada no sujeito, (fundamentado na percepção geográfica), a dificuldade em induzir os indivíduos a revelarem sua verdadeira disposição de pagar pela conservação do recurso ambiental, em razão da responsabilidade individual do

entrevistado frente à questão e a possibilidade de aproveitamento coletivo advindo da conservação ambiental.

Dos entrevistados, 86,25% concordaram com o pagamento do DAP, porém, fizeram a ressalva que o IBAMA, responsável pela administração do Parque, é que deve ter a capacidade de conservar, preservar e permitir o uso controlado dos atrativos turísticos.

Diante do exposto, o apoio em linhas teórico-metodológica diversas não se apresentam conflitantes, ao contrário são complementares e oportunas à comprovação da hipótese de pesquisa.

Referências bibliográficas

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências**. Florianópolis: UFSC, 2006

CARVALHO, Delza Rodrigues de. **Projetos ambientais sustentáveis do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. In: **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas (NEPAAD). Vitória da Conquista: Edições UESB, no. 4, p. 159-175. 2006

CARVALHO, Delza Rodrigues de. ALMEIDA, Maria Geralda de. A Valoração da Paisagem da Chapada Diamantina: Uma Análise do Espaço Concebido, Vivido e Percebido. In: **XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – SBGFA. A GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA E AS DINÂMICAS DE APROPRIAÇÃO DA NATUREZA**. UFV, de 06 a 10 de Julho de 2009, Viçosa-MG. Anais. Eixo Temático 12: Recursos naturais, sustentabilidade e apropriação do espaço, p. 318-319.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Meio ambiente e Ciências humanas**. 2 ed. - São Paulo da Costa. Geografia Crítica. A Valorização do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1997a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e dominação: uma abordagem marxista à geografia**, in Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2002

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo: Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b. 308p.